

## Entre o povo e o Estado: A influência do Partido Comunista Brasileiro na criação das associações de moradores e na Frente do Recife (1930-1964)

---

*Izabelly Oliveira Lins da Silva<sup>I</sup>  
Cristina Pereira de Araujo<sup>II</sup>*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na criação e organização de Associações de Moradores de Comunidades do Recife, auxiliando na reafirmação da importância do Movimento de Bairro e sendo capaz de aproximá-los dos governos municipais e estaduais com sua ativa participação e liderança na articulação política e popular chamada *Frente do Recife* (1955-1964). Entre os anos de 1930 a 1964, a capital pernambucana protagoniza uma série de obras de cunho higienista na cidade, como a expulsão dos mocambos e a reconfiguração das moradias populares consolidadas nas áreas centrais da capital. Diante da metodologia qualitativa aplicada, podemos constatar a influência do PCB, na criação e organização das associações de moradores e como sua liderança na *Frente do Recife* resultou em um equilíbrio entre as pautas reivindicadas pelos moradores e a assistência da Prefeitura.

**Palavras-Chave:** Partido Comunista Brasileiro. Associações de Moradores. Movimento de Bairro. Frente do Recife.

**Between the people and the state: The influence of the Brazilian Communist Party in the creation of the residents' associations and in the Frente do Recife (1930-1964).**

**Abstract:** This article aims to analyze the influence of the Brazilian Communist Party (PCB) on the creation and organization of Associations of Community Residents of Recife, helping to reaffirm the importance of the Neighborhood Movement and being able to bring them closer to municipal and state governments with its active participation and leadership in the political and popular articulation called the Frente do Recife (1955-1964). Between 1930 and 1964, the capital of Pernambuco stars in a series of hygienist works in the city, as the expulsion of mocambos and the reconfiguration of popular housing consolidated in the central areas of the capital. Given the qualitative methodology applied, we can see the influence of the PCB, in the creation and organization of neighborhood associations and how his leadership in the Recife Front resulted in a balance between the agendas demanded by the residents and the assistance of the City Hall.

**Keywords:** Brazilian Communist Party. Residents' Associations. Neighborhood Movement. Frente do Recife.

Artigo recebido em 24/08/2021 e aprovado em 15/02/2022.

# ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

## INTRODUÇÃO

Criado em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), foi fundado com o objetivo de “promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista”<sup>III</sup>. Passando por vários ciclos de ilegalidade, em 1947, o PCB conquista a marca de 200 mil filiados<sup>IV</sup>. Em 1961, após saídas de dirigentes e militantes e precisando de apoio para facilitar o registro eleitoral do partido, foi adotado o nome Partido Comunista Brasileiro. A perseguição e violência marcaram a história do partido, sobretudo durante o regime militar (1964-1985). Participando da lenta e gradual abertura política no final do regime, o PCB consegue se reestruturar em todo o país e em 1982, durante o seu VII Congresso, postula sua nova linha política “Uma alternativa democrática para a crise brasileira”<sup>V</sup>.

Em Recife, na falta de questões envolvendo o proletariado fabril, o PCB consegue se articular principalmente na luta dos trabalhadores referentes à exploração agrícola, racismo, saúde pública e a questão da moradia. Unidos à outras organizações de esquerda recifense, o PCB atuou efetivamente pela reivindicação de políticas por igualdade e cidadania. Durante as primeiras décadas do Século XX, a luta popular foi pautada pelas dúvidas e demandas que permeavam as ações higienistas da cidade com a derrubadas dos mocambos da capital.

Os comunistas estavam envolvidos na vida do mocambo de várias maneiras alguns viviam em comunidades informais; alguns alcançaram os residentes por meio de seus locais de trabalho, enquanto outros trabalhavam como advogados para resolver disputas de terra [...] ou se tornaram intermediários políticos entre as populações locais e autoridades municipais<sup>VI</sup>.

A luta por moradia no Recife durante as primeiras décadas do século XX foi inevitável, uma vez que o problema de habitação popular fora “resolvido” pelos moradores de classes baixas com o mocambo. O mocambo “surge como um mal (...) como uma realidade indesejável (...) o perigo representado pelos mucambos era, a um tempo, sanitário e estético”<sup>VII</sup>. O mocambo e seus moradores marcaram e configuraram a cidade do Recife, não apenas de modo paisagístico, também representavam uma amálgama na desigualdade de renda na capital recifense, além de serem considerados os causadores da vadiagem e sujeira da cidade<sup>VIII</sup>. Com as ações higienistas do Interventor Federal Agamenon Magalhães durante o Estado Novo (1937-1945), a esquerda recifense se tornou ativa em denunciar o descaso dos governantes com grande parte do despejo e acomodação das famílias e em incentivá-las na reivindicação de direitos humanos e urbanos básicos, atuando também na política eleitoral e incentivo à criação de associações de bairro.

O PCB encontrou no conflito entre moradores de mocambos e de áreas carentes de infraestrutura urbana, espaço para auxiliar na reivindicação de seus direitos e atuação sob sua bandeira de princípios comunistas. A forte influência do PCB, seja na criação e organização de Associação de moradores, sindicatos urbanos e mediação de classe entre trabalhadores e Estado, construiu a cena de resistência e participação na primeira metade do Século XX na capital pernambucana. O contexto deste artigo se faz no Recife durante os anos de 1930 a 1964, onde a literatura já salienta a questão da moradia e dos comunistas em relação bastante próxima, no entanto, nosso objetivo é de analisar como o PCB influenciou na criação e organização de Associações de

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

Moradores de Comunidades do Recife, auxiliando na reafirmação da importância do Movimento de Bairro e sendo capaz de aproximá-los dos governos municipais e estaduais com sua ativa participação e liderança na Frente do Recife.

Para cumprirmos tal objetivo, a metodologia utilizada foi de análise qualitativa de artigos, livros, dissertações e teses, análise de votos, entrevistas e pesquisas acadêmicas. Entre as pesquisas acadêmicas destacamos a realizada por Pontual<sup>IX</sup> sobre as narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950, Pandolfi<sup>X</sup> e a consolidação e crise política liderada por Agamenon Magalhães, Jaccoud<sup>XI</sup> com a análise dos movimentos sociais e crise política em Pernambuco entre 1955 e 1968 e Fischer<sup>XII</sup> sobre a distopia e insurgências nas habitações informais de Recife.

O presente artigo divide-se em três partes, sendo a primeira uma breve abordagem sobre os mocambos e direito à moradia popular, voltando-se às questões econômicas e sociais nos anos 1930; a segunda parte considera como as vitórias políticas e sociais da Frente do Recife foram determinantes para o fortalecimento das associações de moradores e da própria articulação, e por último, o resultado da união entre PCB, Frente do Recife e moradores, resultando na expansão e fortalecimento do Movimento de Bairro a nível municipal, com as gestões de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes e estadual, com o governo Arraes.

### **A QUESTÃO DA MORADIA E DOS MOCAMBOS EM RECIFE**

As moradias e os direitos urbanos para os moradores de classe baixa do Recife, historicamente, revelam uma busca inicial por direitos humanos básicos. A busca por habitação em áreas urbanas com empregos ao redor, durante o Século XX era difícil. Áreas de engenhos e sobrados foram se transformando em sítios e a população ocupando estes espaços. “Nos fins do século XIX já se haviam transformando em subúrbios ou em povoações periféricas um bom número desses estabelecimentos rurais canavieiros na capital, como o Madalena, o da Torre, o Casa Forte, o Monteiro e o Apipucos”<sup>XIII</sup>. Além da ocupação de áreas rurais no Recife, a procura por áreas próximas ao olho d’água eram predominantes, seja para moradia, indústria ou comércio<sup>XIV</sup>.

Os aforamentos do terreno da marinha e dos seus acrescidos nos mangues do Grande Recife, surgiram em face do interesse de certas indústrias ou comércio que se localizaram às margens das áreas banhadas pelas águas salgadas. Assim, poderiam receber e embarcar os produtos e mesmo expelir os resíduos imprestáveis do seu fabrico ou comércio. A venda de madeira dos mangues, para aproveitamento nos costumes e nas grandes fornalhas ou mesmo nos lares mais modestos também despertou o desejo de aforar essas terras enlameadas<sup>XV</sup>.

Com o processo de industrialização e comércio aliado ao desaceleramento da economia canavieira na zona da mata de Pernambuco, em plena segunda grande guerra mundial, Recife passou a atrair um grande fluxo de trabalhadores. Esse fluxo populacional atraiu até 1950, 60,06% de novos moradores para a capital<sup>XVI</sup>. Com as promessas de melhora de vida realizadas por meio de propaganda política, o homem do campo concentrou-se na cidade e enfrentou uma série de problemas junto aos descendentes de africanos que foram escravizados e a classe pobre de Recife. Com o interior em crise, a concentração de trabalhos na capital e as condições de transporte público eram precárias, a alternativa viável foi a de ocupar terras no centro da cidade,

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

áreas de mangue, do porto e de rio. No entanto, a ocupação que podia até ser pacífica, resultava numa dívida maior entre o morador do que seria o mocambo e o dono da terra ou aforador.

[...] os fatores geográficos, fisiográficos, demográficos, sociais, econômicos, culturais e políticos se conjugavam para que esta valorização surgisse, embora, sob certos aspectos, isto não fosse desejável. Tornou-se, portanto, um bom negócio aterrar mangues e loteá-los ou mesmo loteá-los sem aterrar. Construir mocambos e alugá-los ou comprá-los para fazer fonte de rendimento não tributados. Fortunas foram feitas á custas dessas terras aforadas<sup>XVII</sup>.

A questão do aterramento e do foro resultou numa séria reivindicação social, uma vez que os mocambeiros não possuíam registro formal do aluguel do terreno.

A relação jurídica entre estes e os proprietários não chegava a se formalizar em termos contratuais. Embutida nesta relação estava a troca do direito de morar pelo dever de zelar, aterrando os alagados em que muitos se fixaram. Esta prática que levaria à alegação futura dos moradores de que “o solo é nosso, nós o construímos”, demonstra que a “sociedade brasileira opera com uma forte orientação hierárquica herdada dos tempos coloniais e que anda opera nos anos 20 [...]”<sup>XVIII</sup>

Os proprietários de mocambos que não expulsaram os moradores, criaram o aluguel de chão, de maneira que o morador soubesse que estava pagando pelo direito de morar e zelar pelo terreno, mas que a posse era do proprietário. O aluguel do chão “era acima de tudo um mecanismo formalizador da relação entre proprietário e ocupantes que, se por um lado rendia algum lucro, tinha o objetivo de evidenciar a presença do proprietário da área, evitando que se caracterizasse o direito de usucapião do ocupante”<sup>XIX</sup>. Mesmo com as formalidades do aluguel do chão, inúmeros moradores se sentiam menosprezados pelos altos preços cobrados em detrimento à péssima qualidade do terreno. Um dos movimentos realizados por moradores foi o movimento das Terras de Ninguém, em Casa Amarela. O incentivo no aterro e no foro aflorou em Recife a propagação dos mocambos e reconfigurou a cidade de maneira econômica, social e cultural.

Em 1920, Recife possuía 240.00 moradores, em 1940, esse número cresceu lentamente em perspectivas gerais, numa taxa de 1,91%. Os números elevados são os do censo de 1940 e 1960, registrando um aumento da população de 348 mil para 797 mil<sup>XX</sup>. Em relação aos números de mocambos existentes na capital, estima-se que em 1913 somavam 16.347 prédios, 43,3% das residências da cidade<sup>XXI</sup> e em 1939, “a quantidade de mocambos existentes na capital era de 45.581”<sup>XXII</sup>. A situação dos mocambos na cidade foi acentuada com o discurso de modernidade que o Interventor Federal Agamenon Magalhães usou durante o Estado Novo e reverteu o cenário de “crescimento desordenado”<sup>XXIII</sup> e de cidade “[...] mal educada, cheia de vontades, a fazer o que bem entende”<sup>XXIV</sup>. As ações higienistas de Magalhães tornaram-se um pesadelo na vida de quem morava em mocambos, com a criação da Liga Social Contra o Mocambo em 1939<sup>XXV</sup>, com objetivo de exterminar as construções da paisagem da cidade e organizar os despejados em vilas operárias muitas vezes fora do centro urbano. Os moradores se viam mais uma vez compelidos a reivindicar por direitos humanos básicos e urbanos.

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

Portanto, com o início dos aterros e a chegada dos mocambos, a população precisou se posicionar frente à preços abusivos, a inexistência de contrato de moradia e profissional, reivindicação de equipamentos urbanos básicos nas periferias. É nesse sentido que a influência da esquerda recifense e do PCB se posiciona de modo a equilibrar as reivindicações dos moradores, a participação popular, as associações de moradores e sindicatos trabalhistas, com a política partidária, auxiliando a criar uma onda emancipatória nos bairros periféricos de Recife numa próxima relação do Estado com a Frente do Recife.

**O PCB E O PODER DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ELEIÇÕES DA  
FRENTE DO RECIFE**

Em 1930, o PCB lança a legenda “Trabalhador Ocupa Teu Posto”, com objetivo de atuar mais intensamente no cenário eleitoral do Recife e de cidades vizinhas. No entanto, tem em 1937, devido a Lei Agamenon Magalhães, seu registro eleitoral cassado. Com a sua capilarização prática e eleitoral de grande influência principalmente na periferia do Recife e as vitórias eleitorais durante 1940, o PCB inicia uma aliança política com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando-se assim a Frente do Recife<sup>XXVI</sup>. A Frente do Recife tinha um intuito de concorrer às eleições municipais de 1955 contra os partidos de maior destaque na política pernambucana, o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN)<sup>XXVII</sup>.

Liderada principalmente pelo PCB, PTB e PSB, a Frente do Recife se organizou sob a bandeira da defesa dos interesses populares, nacionalistas, desenvolvimentista e reformista, ganhando a maioria das eleições municipais e estaduais que disputara, por vezes se aliando a partidos menores e até antagônicos como o PSD. A Frente do Recife levou a representação popular das periferias para o governo, contudo alguns pesquisadores acreditam que, ao fazer coligação com a UDN formando as Oposições Unidas, resultado direto da parceria e eleição de Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife em 1955, a Frente do Recife rompe com a ideia de continuidade, contudo, não ignora as permanências existentes entre uma e outra formação<sup>XXVIII</sup>.

A gestão de Pelópidas Silveira buscou “aproximar o Executivo Municipal da população do Recife, ao mesmo tempo em que resgatava junto às classes trabalhadoras possibilidades de participação popular num projeto democrático de gestão da coisa pública”<sup>XXIX</sup>. Mesmo com todo apoio da esquerda recifense e do Prefeito, as associações de bairro que surgiram estimuladas por Pelópidas sofreram forte repressão dos vereadores<sup>XXX</sup> e da perseguição política sofrida pelo PCB. Contudo, o objetivo emancipador dos bairros e apartidário estavam presentes.

Durante a nossa campanha eleitoral, preconizamos e incentivamos a criação, nos diferentes bairros, de associações apartidárias que traduzam os interesses desses núcleos de população. Preocupava-nos o divórcio sempre existente entre as administrações e as vastas camadas populares, deixando as primeiras sem uma visão de conjunto de nossa realidade e as segundas relegadas ao mais cruel desamparo(...). Abre-se, assim, uma nova era para o Recife, onde as camadas mais sofredoras do povo podem fazer ouvir a sua voz, junto aos responsáveis pela coisa pública, de forma organizada e sem os prejuízos dos sectarismos de partido ou de facções<sup>XXXI</sup>.

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

Pelópidas seguiu honrando os movimentos populares que auxiliaram na sua vitória. Durante seu mandato, promoveu audiências públicas no Teatro de Santa Isabel e diretamente nos bairros. Esta última proporcionava “um resultado mais eficaz, dada a possibilidade de constatação dos problemas no local”<sup>XXXII</sup>.

O funcionamento dessas audiências públicas, geralmente, dava-se da seguinte forma: o governante Pelópidas Silveira com os diretores dos diversos Departamentos da Prefeitura e vereadores iam para o local previamente marcado no bairro, recebiam as reivindicações, as críticas, e forneciam as informações, cabendo a Pelópidas Silveira expor as linhas de ação, justificar as dificuldades de atendimento a todos os pleitos e relatos os fatos em evidência que envolviam seu governo<sup>XXXIII</sup>.

As audiências eram arcadas previamente e aconteciam, preferivelmente nas bibliotecas populares, escolas, clubes locais, com o apoio dos moradores e principalmente das associações de moradores<sup>XXXIV</sup>. Contudo, as associações de bairro sofreram nessa primeira fase, uma forte repressão do governo estadual, com invasões de suas sedes, detenções de liderança populares e cerceamento de suas manifestações. Esse movimento foi paralelo à repressão desencadeada pelo governo do general Cordeiro de Farias às hostes do PCB, chegando a desarticular várias de suas organizações, inclusive o Comitê Estadual do PC, prendendo ou colocando na ilegalidade a maior parte de seus membros.

A gestão de Cid Sampaio (UDN) como governador do Estado entre os anos de 1959 a 1963, trouxe graves consequências aos comunistas dentro da Frente do Recife pois o governador não cumpriu a promessa de governar com a base eleitoral que o havia eleito. O PCB não possuía representação no Estado, apenas junto à Assessoria Sindical, que foi criada para intermediar os conflitos trabalhistas<sup>XXXV</sup>.

Logo após a posse de Sampaio no governo estadual em 1959, o PCB lança o nome de Miguel Arraes, como candidato da Frente do Recife para a Prefeitura da Cidade do Recife<sup>XXXVI</sup>. Seguindo os passos e colhendo os frutos da gestão Pelópidas Silveira, Miguel Arraes vence as eleições municipais de 1960, com base em comícios nos bairros periféricos e apoio popular de movimentos sociais, associações de moradores e sindicatos urbanos<sup>XXXVII</sup>. A gestão popular de Arraes na Prefeitura ampliou a noção participativa do Estado e fez seu nome ecoar em todo o território pernambucano. A criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), visando a alfabetização de adultos, que logo ganhou a participação de artistas e intelectuais e “passou a atuar como amplo movimento de conscientização política e valorização da cultura popular, dentro de uma proposta de alfabetização”<sup>XXXVIII</sup>, também ajudou o nome de Miguel Arraes se tornar conhecido. Dessa forma, o PCB, PSB, PTB e PST então o apoiam para a candidatura ao Governo Estadual na eleição de 1963 e voltam a se articular como Frente do Recife, rompendo com a parceria com a UDN e Sid Sampaio. Mais uma vez a influência do PCB foi fortemente necessária para a vitória, uma vez que mesmo com o apoio dos principais movimentos sociais, sindicatos urbanos, associação de moradores, ligas camponesas e movimento estudantil, o apoio à Miguel Arraes só era mais intenso onde o PCB configurava como maioria.

Mas esse apoio não foi homogêneo: onde o PCB se configurava como força política predominante ou o projeto nacional-reformista era hegemônico, o apoio era mais enfático; no caso das ligas e de alguns setores do sindicalismo,

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

particularmente rural, onde aquelas influências eram menores, aquele apoio era mais ambíguo<sup>XXXIX</sup>.

A gestão de Arraes no Governo do Estado foi marcada pela grande mobilização dos movimentos sociais e das ações das classes dominantes, caracterizando seu curto mandato na “nova relação instituída entre governo-movimentos populares e governo-classes dominantes, com base na ideia do Estado mantenedor dos direitos e promotor do bem-estar social que se pretendia implantar”<sup>XL</sup>. O PCB passou a ter maior influência política entre os movimentos sociais urbanos e rurais, devido ao enfraquecimento das ligas camponesas com as ramificações urbanas. O partido comunista passou a ter máximo apoio onde o projeto nacional-reformista vigorava e esse apoio se estendia ao governo estadual. Mesmo diante de todo o esforço em conciliar as classes trabalhadoras com as dominantes e a mediação e influência do PCB, o governo Arraes não conseguiu ter controle sobre o desdobramento das lutas sociais, principalmente na questão de organização de greves sindicais e com o posicionamento forte e independente das lideranças camponesas.

O agravamento dos conflitos, em especial os episódios de invasões de terra e embates jurídicos pela garantia da propriedade, a reprodução das greves fortemente combatidas e as ameaças de retaliação pelas classes proprietárias, que chegaram até ao boicote econômico como forma de materializar sua oposição ao governo, levaram-no a reforçar sua política de conciliação e mediação<sup>XLI</sup>.

Diante dos conflitos entre as classes e das eleições municipais de 1963, a Frente do Recife, liderado ativamente pelo PCB, lança novamente Pelópidas Silveira para prefeitura do Recife. Com o governo abalado, Arraes participa ativamente da campanha do camarada, “foi na realidade uma prova de força para as correntes, cada vez mais definidas, em embate político no estado”<sup>XLII</sup>. Pelópidas Silveira ganha a eleição com estreita vantagem de apenas 5 mil votos, num total de 189 mil votos válidos. Contudo, a Frente do Recife não consegue eleger seu candidato à vice. A gestão de Pelópidas durou apenas 3 meses, o avanço da conspiração civil-militar e de manifestações contra o prefeito e o governador Miguel Arraes encontraram nas marchas religiosas e femininas clima próspero para a perseguição política e econômica.

Em fevereiro, as classes empresariais chegaram a decretar um lockout, ápice do processo de resistência à política desenvolvida por Arraes e ao avanço da mobilização popular no estado. Paralelamente, os meios de comunicação aderiram integralmente à campanha de detração do governador. Sem resistência, esses movimentos ganharam espaço e, com o 31 de março de 1964, vieram a imperar sem dificuldades<sup>XLIII</sup>.

Com o início do regime militar, a oposição aos governantes da Frente do Recife se intensificou e mesmo com o caráter resistente dos movimentos sociais onde o PCB era atuante e com pedidos de armas para fortalecer a resistência no Estado, não parou a repressão militar no Estado. A desmobilização rápida dos movimentos populares veio através de leis que colocam os partidos na ilegalidade e no encarceramento de líderes e participantes.

Abarrotadas, as prisões de líderes sindicais, populares e partidários, desmontada a estrutura organizativa dos movimentos sociais do estado,

## **ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

desestruturados a Frente do Recife, o Partido Socialista e o Partido Comunista; cassados os mandatos de deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, aliados ou representantes das forças políticas então derrotadas, não restaram até muitas trincheiras o posicionadas em Pernambuco. No entanto, sob o rigor da repressão política e social, escondia-se uma lógica de desmobilização e um processo de resistência<sup>XLIV</sup>.

Mesmo diante da enorme e violenta repressão política e social, com integrantes e líderes presos, assassinados ou exilados, o PCB não deixou de participar da resistência popular em Recife. Organizados no interior das associações de bairro e de sindicatos que não foram fechados, organizavam a resistência popular voltando-se a pautas locais e nacionais de cunho urbano e de libertação política. Não restam dúvidas que a forte liderança, mesmo que na ilegalidade, do PCB na Frente do Recife e ao longo do regime militar, conseguiu desenvolver uma relação estreita entre a política eleitoral e os movimentos sociais, tanto que, no período de lenta e gradual abertura política que se estende do final da década 1970 até o final do golpe militar em 1985, as células comunistas, movimento de bairro e as comunidades eclesiais de base influenciaram a resistência popular no Recife.

### **MOVIMENTOS DE BAIRRO E O ATIVISMO DO PCB EM RECIFE**

As associações de moradores ou associações de bairro são integradas aos movimentos sociais urbanos. As “associações visavam diretamente o Estado em busca de benfeitorias urbanas nos bairros e periferias da capital”<sup>XLV</sup>. Suas reivindicações eram locais “práticas e imediatas”, estavam em pauta moradia, transportes e infraestrutura urbana<sup>XLVI</sup>. No Recife, o primeiro gestor que buscou aliar os interesses populares com a Gestão foi o Prefeito Pelópidas Silveira<sup>XLVII</sup> (PSD/Frente do Recife) e as associações de moradores surgem

[...] inspiradas na experiência que se consolidava em São Paulo e sentindo a necessidade da organização popular como forma mais adequada para canalizar as reivindicações e aspirações da população com relação às ações da Prefeitura, as forças políticas que atuaram na campanha de Pelópidas procuraram incentivar sua formação<sup>XLVIII</sup>.

Contudo, em 1931, com a influência do PCB e da esquerda recifense, já se tinha o registro das primeiras associações de moradores, intituladas como Ligas, Sociedades beneficentes ou amigos de bairro.

Das sociedades criadas, talvez a mais antiga seja a “Liga Mista dos proprietários pobres da Vila São Miguel”, dos Afogados, que se instalou com personalidade jurídica em 1931 com 280 associados. Entretanto, ela existia desde 1929 com o nome de “Sociedade a Bem da Nossa Defesa”. Existem ainda, outras importantes, como a “Sociedade Defensora do Proprietários do Largo dos Pescadores”, na Estrada dos Remédios, fundada em setembro de 1948; a “Sociedade Defensora dos Proprietários da Ilha do Maruim”, a Associação Defensora de Brasília Teimosa”, fundada em 2 de março de 1952; a “Liga 21 de Abril”, localizada em Santo Amaro e tantas outras espalhadas por Olinda e Recife<sup>XLIX</sup>.



**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

Essas associações iniciaram com o objetivo de proteger seus congregados dos trâmites judiciais que envolviam suas casas e mocambos. Entretanto, alguns movimentos de moradores que só passaram a se organizar como associação durante a ditadura militar, iniciaram sua organização a partir da expulsão dos mocambeiros de suas casas no centro do Recife e a chegada desses moradores para áreas periféricas da cidade, como é o caso das primeiras ações reivindicativas por moradia no bairro de Casa Amarela, zona norte recifense.

A ocupação dos morros da zona norte recifense se deu a partir da crise econômica – migração da zona da mata para o centro – e da crise higienista que o Recife passara - agravamento das ações do Estado na erradicação dos mocambos do centro no período estadonovista.

Ao longo da década de 1950, ocorreu maior concentração em torno do mercado público e o espraiamento de uma ocupação sem alinhamento e sem regularidade, característica de mocambos, subindo o Morro da Conceição, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandu, Alto da Esperança e Alto da Favela, e descendo pelos córregos do Euclides, Zeca Tatu, Saudade e Zé Grande. O bairro de Casa Amarela apresentava, no ano de 1960, 114,97 hab./ha. – a mais alta densidade da cidade”<sup>L</sup>.

As lutas por equipamentos urbanos em Casa Amarela foram iniciadas a partir do encontro de mulheres chefes de família que enfrentavam dificuldades em ter uma renda e não havia creches na região para deixar seus filhos com segurança, elas também reivindicavam postos de saúde, iluminação pública e a posse da moradia<sup>LI</sup>. Durante a década de 1960, a alternativa que as moradoras e mães de Casa Amarela encontraram para pressionar a prefeitura em troca de serviços de infraestrutura como recapeamento de ruas, projetos de escoamento de esgoto, iluminação pública e implementação de áreas de lazer e estudo para as crianças e jovens, foi caminhar pelos morros em troca de assinaturas para um abaixo-assinado com objetivo de ter suas pautas atendidas<sup>LII</sup>. À medida que os objetivos populares eram transformados em projetos realizados por parte da Prefeitura, os próprios moradores relatam que foi se rompendo a barreira do silêncio mesmo estando em pleno momento de afrouxamento de direitos por estar na ditadura militar, outra expectativa de vida fora apresentada à eles<sup>LIII</sup> e novas participações foram tomando forma, como o caso do movimento intitulado “Terras de Ninguém”.

O movimento Terras de Ninguém foi liderado por moradores de Casa Amarela devido o aumento do foro, uma espécie de aluguel pelo uso das terras de posse da Santa Casa de Misericórdia. O responsável pelo aumento, Rosa Borges, é figura conhecida entre os trabalhadores por se tratar de dono de grandes lotes de terra na região. No final da década de 1960, os moradores se organizaram por meio do Terço dos homens e se apoiaram uns nos outros para o não pagamento do foro, uma vez que o valor aumentara não proporcionalmente ao salário dos moradores. Vendo no movimento da Igreja Católica com D. Hélder Câmara<sup>LIV</sup> e a simpatia sempre presente do PCB, com células comunistas na comunidade, os moradores se organizam maciçamente e o movimento ganhou o País. Com a organização popular local ganhando força e participação, após 15 anos de luta constante com o objetivo de ter a posse da terra passou por várias fases, chegando ao fim em dezembro de 1980 quando o documento de desapropriação do terreno em favor dos moradores de Casa Amarela é assinado.

O apoio do PCB se popularizou na zona norte recifense desde a década de 1940. Uma das consequências de sua atuação é a descoberta, perseguição e encerramento das

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

atividades das chamadas ligas de defesa da constituição e células comunistas por meio de ações e documentos organizados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>LV</sup>. As ligas de Defesa da Constituição criavam espaços de diálogo com a comunidade no intuito de explicar-lhes seus direitos garantidos pela Constituição e participavam ativamente da formação de greves e manifestações populares.

Através de documentos do DOPS-PE percebe-se a existência dessas ligas no ano de 1947 em vários bairros da cidade, como: Casa Amarela, Caxangá, Beberibe, Apipucos, Água Fria e Afogados. Estas ligas estavam ligadas ao Partido Comunista Brasileiro - PCB e realizavam comícios políticos nos seus bairros. Esta organização também elaborou um panfleto com as suas propostas políticas para o Recife. Dentre elas estavam: melhorias na infraestrutura dos bairros, no sistema de transporte, ampliação na educação infantil e cursos técnicos, programas contra o analfabetismo, incentivos para pequenas empresas, criações de feiras livres, desapropriação de terras, entre outras<sup>LVI</sup>.

As células comunistas funcionavam em formato de reuniões e atos, a bandeira levantada era a da defesa do comunismo e união popular.

Estas células eram perseguidas pela polícia, em algumas reuniões os seus líderes disseram que sofriam perseguições e que já tinham sido torturados<sup>2</sup>. Várias células, como a do Brejo, bairro das intermediações de Casa Amarela, foram desativadas. Localizada na Estrada do Brejo, Nº 512, em 22 de maio de 1947 esta célula foi interdita pela polícia da Delegacia da Ordem Política, Econômica e Social, tendo seus bens apreendidos. Outras células tiveram o mesmo fim, com a extinção do Partido Comunista do Brasil em 9 de maio de 1947, muitas células foram interditas e tiveram seus materiais apreendidos<sup>LVII</sup>.

Mesmo com a perseguição política e social sofrida pelo PCB e o tempo em que ficou na ilegalidade em 1947, sua influência entre os movimentos de bairro e na política diminuiu, mas não desapareceu, “Após 1947, a influência do PCB diminuiu. [...] o PCB participou ainda de disputas eleitorais através de distintas legendas, sem contudo alcançar resultados expressivos”<sup>LVIII</sup>. Após sucessivas eleições sem conseguir a eleição de candidatos, a PCB, mesmo na ilegalidade, liderou a formação da Frente do Recife em oposição à UDN. O apoio popular foi marcante de modo que “através da Frente do Recife e de seus governos, as classes trabalhadoras e os seus movimentos mobilizatórios passam a ter acesso ao núcleo do Estado”<sup>LIX</sup>. A primeira eleição bem sucedida da Frente do Recife, nas eleições municipais de 1955, cumpriu o seu papel em integrar movimentos e o Estado.

Diante da influência do PCB nas articulações populares e associações de moradores e o seu papel de liderança na Frente do Recife foi determinante para as vitórias da articulação, o que ocasionou o fortalecimento dos movimentos de bairro principalmente na gestão de 1955 a 1960 do Prefeito Pelópidas Silveira (PSD/Frente do Recife).

Pelópidas contou com o forte respaldo de organizações sindicais. Buscou o apoio popular dos bairros periféricos, morros e alagados do Recife, e em sua campanha procurou estimular a formação de organizações de moradores, as chamadas associações de bairro. A Frente do Recife buscava incorporar um caráter popular à sua campanha, propondo a participação da população para a solução dos problemas principais<sup>LX</sup>.

## ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

Assim, estimular a formação das associações de bairro passou a ser uma das metas da gestão de Pelópidas. Nesse sentido, foi preparado pela Prefeitura um modelo de estatuto, onde estavam também contidas informações básicas sobre o funcionamento de uma associação, de forma a servir de orientação para sua organização nos bairros. Estimulados pelas “pregações” realizadas desde o período de campanha e, posteriormente, pela própria Prefeitura e pela atuação do PCB (realizados em bairros mais populares, particularmente onde já existiam células comunistas do Partido ou um trabalho de organização popular), as associações de bairro passaram a proliferar no Recife<sup>LXI</sup>.

Em muitos casos, as associações tiveram suas reivindicações atendidas, o que mostra a força popular quando organizada, unida e bem estruturada, como em Casa Amarela e no bairro do Pina. O jornal *Folha do Povo* de 21-02-1958 destaca as obras estruturais realizadas no bairro e a inauguração de uma escola, reivindicação dos moradores<sup>LXII</sup>.

A influência das associações de moradores se alastrava pela cidade de tal forma que no mês de março de 1959, seis associações de bairro foram criadas e nos atos de inauguração, o nome de Miguel Arraes (PSD/Frente do Recife) era ecoado como o próximo prefeito da cidade<sup>LXIII</sup>. A importância da gestão participativa de Pelópidas Silveira e a ação do PCB são analisadas como determinantes na criação e organização das associações de moradores.

E incontestável que as associações de bairro não surgiram espontaneamente. Está patente a ação de Pelópidas Silveira e da Frente do Recife, em especial do PC. A própria prefeitura do Recife se encarregou de fornecer um modelo de estatuto e era grande estimuladora do movimento. Apesar disso a Prefeitura nunca arrogou a si a tarefa de indicar diretorias, que eram eleitas pelos moradores<sup>LXIV</sup>.

O apoio popular vindo da boa relação entre Pelópidas e o PCB entre o movimento de bairro foi tão significativo para o candidato do PSD que seu comício de candidatura foi chamado por “dezenas de associações de moradores”<sup>LXV</sup>. As ações populares do PCB e a atuação político partidária na Frente do Recife, com a vitória de Miguel Arraes<sup>LXVI</sup> no pleito municipal de 1959, maximizaram o caráter reivindicativo e participativo dos movimentos de bairro. Diante de todas as vitórias populares e do crescimento vertiginoso das associações de moradores do Recife se estendendo ao longo do território pernambucano, é criada a Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP).

Aproveitando a boa relação entre o PCB, a Frente do Recife, e o governo municipal e estadual, o então governador Miguel Arraes, promoveu a extensão da participação das associações de moradores e movimentos de bairro por todo o estado. Em julho de 1963, a FABEP é criada, com o apoio do Conselho Sindical (CONSINTRA), Conselho de Administração das Ligas Camponesas, União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Federação dos Servidores Públicos e associações de bairro<sup>LXVII</sup>. Segundo os estatutos da FABEP, aprovado em assembleia pelas entidades a ela filiadas, os seus objetivos são:

Criar, instalar ou defender (. -) associações reivindicativas de legítimos interesses coletivos e nacionalistas. - Organizar e instalar a Associação de Foreiros do Recife. - Reunir assembleia das associações integrantes desta Federação para debater problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, planejamento urbanístico, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa da fauna e das reservas florestais e

# ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

minerais, defesa da indústria nacional, habitação, transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico-profissional<sup>LXVIII</sup>.

Desde sua criação e com base em seu estatuto, a FABEP se mostrou fortemente ligada ao PCB e defensora da Frente do Recife<sup>LXIX</sup>. Prova dessa relação é a sua principal iniciativa, o I Encontro de Associações de Bairro.

Uma das principais iniciativas da FABEP foi o I Encontro de Associações de Bairro, o que resultou em uma Carta de Reivindicações ao Prefeito Pelópidas Silveira e ao Governador Miguel Arraes, onde são abordadas questões atinentes a: saúde, abastecimento de gêneros alimentícios, água, transporte, saneamento e habitação. Houve também várias reivindicações no sentido de uma maior participação popular nas decisões políticas<sup>LXX</sup>.

A criação da FABEP foi um forte impulsionador das ações dos movimentos sociais na capital pernambucana, no entanto, com o golpe militar de 1964 as associações de bairro e as ações participativa passaram por um longo caminho de violência, perseguição e repressão.

A organização dos movimentos de bairro foi muito baseada no centralismo da liderança, “principalmente quanto à deflagração e à orientação daqueles embates que diziam respeito à conjuntura política”<sup>LXXI</sup>. Contudo, ao passo que as lideranças das associações e de partidos políticos sucumbiam a perseguição, sendo presos, exilados e assassinados, as associações de moradores e partidos como PCB, continuaram funcionando e fazendo com que a questão democrática e da participação popular ocorresse no regime militar pois as necessidades dos bairros e moradores continuaram existindo. Após a ditadura militar, os moradores, as associações de moradores, movimentos de bairro e partidos políticos, entre eles o PCB, voltam a se organizar mais ativamente e protagonizam novamente a participação popular organizada na cidade do Recife.

## Considerações Finais

O forte avanço do Movimento de bairro em formato de Associação de moradores, na primeira metade do Século XX, em Recife, contou com o forte apoio do PCB, enquanto partido voltado para a classe trabalhadora e como líder da articulação Frente do Recife. A expressiva parceria entre associações de moradores na campanha e na votação dos candidatos eleitos pela Frente do Recife demonstra que a luta popular era organizada e participativa, com as associações colhendo vitórias desta relação enquanto solução de suas reivindicações por parte da Prefeitura.

Embora os partidos como o PCB estivessem na intenção de formar associações nos bairros e mediando sua comunicação com o Estado, em que o próprio partido fazia parte, não existem argumentos que sustentem a ideia de que o PCB tomou para si a liderança e autonomia das associações. A influência externa não era sinônimo de manipulação, tampouco de “correias de transmissão” de algum partido, mas sim, um espaço (não o único) de reivindicação, mobilização e organização das classes populares<sup>LXXII</sup>.

Devido sua forte influência nas organizações populares e partidárias, em Recife e no País, o PCB enfrentou durante a ditadura militar mais um desafio, entre

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

perseguição e violência, de se encontrar com as classes trabalhadoras e reivindicar democracia. Contudo, mesmo com o partido entrando na ilegalidade e sofrendo todos os ataques, sua semente na ideia de organização popular perdurou no Estado, durante e após o período da ditadura, associações de bairro, conselhos de moradores, clube de mães e entre outros, continuaram existindo, no período de redemocratização, no final da década de 1970, a influência do PCB é sentida pela população, onde os primeiros movimentos de bairro reivindicam a democracia, o direito à propriedade e o status legal de se associarem aos partidos e debaterem sobre política, livre de perseguições, no cenário local e nacional. Esse ativismo local experienciado por bairros recifenses, passou por novos desafios, como a especulação imobiliária nos anos de 1980 e a conquista de leis de zoneamento e gestão participativa em que Recife foi pioneira<sup>LXXIII</sup>.

As contribuições em que este artigo oferece é de que, a influência e dinamismo do PCB na cena política e popular dos anos 1930 a 1964 em Recife foi importante na organização popular dos bairros, além da contribuição destes movimentos nas eleições em que a Frente do Recife lançou candidatos. Ao passo que podemos imaginar um número elevado de associações criadas entre esses anos, no entanto, a documentação encontrada não nos permite realizar uma análise de dados coerente. Desta maneira, recomenda-se que as pesquisas futuras sobre as organizações de bairro do Recife, contemplem esta lacuna.

## Notas

<sup>I</sup> Mestranda em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. Este texto foi produzido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: izabelly.lins@ufpe.br

<sup>II</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU/UFPE. E-mail: cristina.pereira@ufpe.br

<sup>III</sup> ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundação Getúlio Vargas.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

<sup>IV</sup> Comitê Central do PCB. Breve Histórico do PCB. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

<sup>V</sup> Ibidem

<sup>VI</sup> FISCHER Brodwin. Beyond Insurgency and Dystopia: The Role of informality in Brazil's Twentieth-Century Urban Formation. In: ANDERS Freia; SEDLMAIER Alexander. Public Goods versus Economic Interests. Global Perspectives on the History of Squatting. Nova York: Routledge, 2017. Tradução nossa.

<sup>VII</sup> Lira, 1996, p. 132-133 apud PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001. p. 33.

<sup>VIII</sup> PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2. ed. Editora Massangana, 2015.

<sup>IX</sup> PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.

<sup>X</sup> PANDOLFI, op. cit.

<sup>XI</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

<sup>XII</sup> FISCHER Brodwin. Beyond Insurgency and Dystopia: The Role of informality in Brazil's Twentieth-Century Urban Formation. In: ANDERS Freia; SEDLMAIER Alexander. Public Goods versus Economic Interests. Global Perspectives on the History of Squatting. Nova York: Routledge, 2017. p. 124. Tradução nossa.

<sup>XIII</sup> MELO, Mário Lacerda. Metropolização e Subdesenvolvimento: O Caso do Recife. Recife, Editora Universitária, 1978.

<sup>XIV</sup> Ibid., p. 53.

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

- 
- <sup>XV</sup> BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- <sup>XVI</sup> Ibidem.
- <sup>XVII</sup> Ibidem.
- <sup>XVIII</sup> MOURA, Alexandrina Sobreira de. Terra do Mangue: invasões Urbanas no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XIX</sup> Ibidem.
- <sup>XX</sup> MELO, Mário Lacerda. Metropolização e Subdesenvolvimento: O Caso do Recife. Recife, Editora Universitária, 1978.
- <sup>XXI</sup> PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.
- <sup>XXII</sup> PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2. ed. Editora Massangana, 2015.
- <sup>XXIII</sup> Nestor Figueiredo para o diário da manhã 03/09/1931.
- <sup>XXIV</sup> Coluna do jornalista Mário Melo para o jornal do comércio 09/08/1941.
- <sup>XXV</sup> PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2. ed. Editora Massangana, 2015.
- <sup>XXVI</sup> CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>XXVII</sup> SANTOS, T. M. Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- <sup>XXVIII</sup> Ibidem
- <sup>XXIX</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XXX</sup> Ibidem.
- <sup>XXXI</sup> Diário oficial, 13 de março de 1956, apud PONTUAL, p. 202
- <sup>XXXII</sup> PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.
- <sup>XXXIII</sup> CAVALCANTI, 178, p. 258 apud PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.
- <sup>XXXIV</sup> PONTUAL, op. cit.
- <sup>XXXV</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XXXVI</sup> Ibidem.
- <sup>XXXVII</sup> As associações de Moradores e Sindicatos urbanos do Recife lançaram o manifesto chamado “Proclamação aos trabalhadores”, assinado por 30 entidades, declarando-se solidário à candidatura de Arraes no governo municipal.
- <sup>XXXVIII</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XXXIX</sup> Ibidem.
- <sup>XL</sup> Ibidem.
- <sup>XLI</sup> Ibidem.
- <sup>XLII</sup> Ibidem.
- <sup>XLIII</sup> Ibidem.
- <sup>XLIV</sup> Ibidem.
- <sup>XLV</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XLVI</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>XLVII</sup> Pelópidas Silveira foi Prefeito da cidade do Recife em 3 ocasiões, de 4 de fevereiro de 1946 a 1º de agosto de 1946, 7 de abril de 1955 a 1º de janeiro de 1960 e 8 de abril de 1963 a 18 de maio de 1964.
- <sup>XLVIII</sup> JACCOUD, op. cit.
- <sup>XLIX</sup> BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

# ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-1964)

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

- 
- <sup>L</sup> PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.
- <sup>LI</sup> DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA. Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos... Recife: Gráfica Inojosa, 1988.
- <sup>LII</sup> Ibidem.
- <sup>LIII</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: A Cultura Popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2013.
- <sup>LIV</sup> Dom Hélder Câmara (1909-1999) foi um religioso, bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife.
- <sup>LV</sup> Criado em 1924, o DOPS tinha como objetivo prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado.
- <sup>LVI</sup> CAVALCANTI, G. B. Vigilância e Repressão e o Dops-PE contra as Associações de Moradores do Bairro de Casa Amarela e Adjacências (1955-1964). Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, vol. 6, n. 12, p. 1-14, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/2126>. Acesso em: 19 de julho de 2021.
- <sup>LVII</sup> Ibidem.
- <sup>LVIII</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>LIX</sup> Ibidem.
- <sup>LX</sup> Ibidem.
- <sup>LXI</sup> Ibidem.
- <sup>LXII</sup> Cavalcanti democracia popular 2016 p. 602
- <sup>LXIII</sup> CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>LXIV</sup> Ibidem.
- <sup>LXV</sup> Última Hora, Recife, 24 de junho de 1962 apud Cezar p. 166.
- <sup>LXVI</sup> Miguel Arraes foi prefeito do Recife durante os anos de 1960 a 1963, saindo do mandato para disputar a eleição do governo estadual em 1964, cuja gestão não pôde ter sido finalizada pela perseguição política do regime militar que sofrera, foi exilado e retornou à vida Política pós ditadura sendo eleito governador de Pernambuco entre os anos de 1987 a 1990 e 1995 a 1999, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- <sup>LXVII</sup> Última Hora, 9.07.1962. apud CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>LXVIII</sup> CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>LXIX</sup> Ibidem.
- <sup>LXX</sup> Hora, 7 a 13 de dezembro de 1963 apud CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>LXXI</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- <sup>LXXII</sup> CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.
- <sup>LXXIII</sup> FISCHER Brodwin. Beyond Insurgency and Dystopia: The Role of informality in Brazil's Twentieth-Century Urban Formation. In: ANDERS Freia; SEDLMAIER Alexander. Public Goods versus Economic Interests. Global Perspectives on the History of Squatting. Nova York: Routledge, 2017. Tradução nossa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundação Getúlio Vargas.

**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

---

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

CAVALCANTI, G. B. Vigilância e Repressão e o Dops-PE contra as Associações de Moradores do Bairro de Casa Amarela e Adjacências (1955-1964). Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, vol. 6, n. 12, p. 1-14, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/2126>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985.

Comitê Central do PCB. Breve Histórico do PCB. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA. Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos... Recife: Gráfica Inojosa, 1988.

FISCHER, Brodwin. Beyond Insurgency and Dystopia: The Role of informality in Brazil's Twentieth-Century Urban Formation. In: ANDERS Freia; SEDLMAIER Alexander. Public Goods versus Economic Interests. Global Perspectives on the History of Squatting. Nova York: Routledge, 2017.

GOMINHO, Z. O. Veneza Brasileira X Mucambópolis: O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

MELO, Mário Lacerda. Metropolização e Subdesenvolvimento: O Caso do Recife. Recife, Editora Universitária, 1978.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: A Cultura Popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Terra do Mangue: invasões Urbanas no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política. 2. ed. Editora Massangana, 2015.



**ENTRE O POVO E O ESTADO: A INFLUÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
NA CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E NA FRENTE DO RECIFE (1930-  
1964)**

IZABELLY OLIVEIRA E CRISTINA PEREIRA

---

PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950, Recife: Editora Universitária, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. O Recife: História de Uma Cidade. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura, Cidade do Recife, 2005.

SALES, R. G. Do Empoderamento Social ao Direito à Cidade: a teimosia política e o teatro na Brasília recifense. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SANTOS, T. M. Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.